



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PLENÁRIO NACIONAL DE QUADROS SINDICAIS
ISCTE, 30 de janeiro de 2026

**Revisão do ECD
e intenções sobre reorganização curricular**

Jorge Gonçalves

Membro do Secretariado Nacional da FENPROF

Camaradas,

Não podemos separar o contexto da revisão do ECD, do Pacote Laboral que nos querem impor. Também não podemos separar o processo da revisão do ECD, do processo de desmantelamento do MECI. Mas, nesta discussão, também não podemos separar as intenções na revisão do ECD, das intenções sobre a própria reconfiguração da Escola Pública.

Ao mesmo tempo da Revisão do ECD, o Governo avança com anúncios de intenções sobre matérias de reorganização curricular.

Vamos ao concreto, em três questões:

1.^a questão: O que significa querer rever as **aprendizagens essenciais**, no atual contexto político.

Bem sabemos a vontade de, em cada ciclo político e alternância, associar uma revisão do currículo, sem uma verdadeira avaliação da implementação em curso, respondendo apenas aos objetivos ideológicos do momento. Num processo que não envolveu os docentes na avaliação das atuais aprendizagens essenciais, vão aparecer novos documentos curriculares. Em que sentido?

Já vimos este filme noutros momentos, pondo em causa uma visão de desenvolvimento integral das crianças e implicando um estreitamento do currículo.

2.^a questão: O que significa querer rever a **matriz curricular**, no atual contexto de falta de professores?

Faz sentido uma revisão das aprendizagens essenciais e só depois ir mexer na matriz curricular? Ora se as aprendizagens essenciais já entraram em projetos piloto no 1º, 5º, 7º e

10º anos, em algumas escolas, sem discussão alargada e participada, isto significa que não têm subjacente uma matriz curricular, com a respetiva carga horária de cada disciplina.

Ou querem “*flexibilizar as cargas letivas obrigatórias nos vários níveis de escolaridade*”, adequando à falta de professores em cada grupo de recrutamento, numa espécie de fato à medida, em vez de resolver o problema estrutural? Ou será, que para além de um instrumento ideológico é também uma manobra de distração para um ataque maior à profissão docente e à escola pública?

3.ª questão: O que significa querer avançar com uma reorganização curricular, sobre a forma de fusão de ciclos, ao mesmo tempo que se coloca como objetivo, no Programa do Governo, a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo?

Esta intenção de reorganização surge novamente e neste momento, sem estarem claros os seus objetivos. Também aqui se coloca a questão se a discussão é eminentemente pedagógica e curricular, ou condicionada à partida, desde logo por critérios economicistas e pela falta de professores.

Ao mesmo tempo que o Governo assume que quer “*reestruturar os ciclos do ensino básico, integrando os 1.º e 2.º ciclos, de forma a alinhar com as tendências internacionais e garantir uma maior continuidade nas abordagens*”, avança também com a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, falando numa “complementaridade entre público e privado”.

Ou seja, o objetivo não é mais investimento na educação, mas sim desviar os recursos para o privado, aprofundando o ataque, à semelhança do que já acontece de forma mais avançada, por exemplo, na Saúde.

A FENPROF defendeu que estas matérias pelo seu carácter estruturante, exigem uma ampla discussão, por parte dos professores e restante comunidade educativa.

O que está em causa é o futuro da Escola Pública e o direito à educação!

Temos, assim, uma sopa estragada onde se cozinha, para além do ECD, o Pacote laboral, o desmantelamento do MECI, a revisão das aprendizagens essenciais e matriz curricular, a fusão de ciclos e revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo.

O momento exige esclarecimento e alerta!

Perante um ECD a ser minado por dentro, o caminho é a luta.

Perante uma Escola Pública sob ataque, a resposta só pode ser... ainda mais luta!

Viva a luta dos professores e educadores!

Vivam os sindicatos da FENPROF!

Viva a FENPROF!